

IDEOLOGIA, DESENVOLVIMENTO E A "QUESTÃO AMAZÔNICA" \*

Romero Ximenes Ponte  
Universidade Federal do Pará

Os conceitos de Progresso e de desenvolvimento foram cunhados em dois momentos diferentes da história da burguesia enquanto classe social.

O primeiro - o progresso - foi elaborado a partir dos filósofos do Iluminismo no século XVIII, e se constituiu em plataforma ideológica durante a chamada Revolução Francesa para que a burguesia de então legitimasse o seu projeto político para a derrubada da monarquia absoluta.

Durante o século XIX tivemos a emergência do Evolucionismo nas Ciências Sociais - Sociologia e Antropologia - nos quais o conceito de progresso e de desenvolvimento evolutivo das sociedades humanas eram utilizados para demonstrar que a História se realizaria através de etapas necessárias e indispensáveis e que, como consequência, haveria uma "hierarquia" entre as sociedades: umas seriam civilizadas e outras seriam bárbaras.

A instrumentalidade destes conceitos é óbvia: A Europa já capitalista representaria o modelo acabado de sociedade, a forma de produção da existência a ser atingida pelas sociedades não capitalistas.

A Europa se auto-elegia como a portadora da civilização, a qual deveria ser imposta aos povos africanos, asiáticos e americanos. No caso da não adesão desses povos aos padrões "civilizados" dos europeus, a violência se justificaria como "necessária" para a promoção da "cristianização" e do "desenvolvimento" desses povos refratários às hipotéticas maravilhas européias. Os massacres das populações tribais era feito em nome do "desenvolvimento" da "humanidade", a qual não poderia admitir que o progresso fosse obstacularizado por povos então rotulados de selvagens. O colonialismo não era mostrado como uma dominação violenta sobre os povos submetidos, mas como a expansão da "ci

\* Comunicação apresentada na "Semana do Economista" patrocinada pelo "Instituto dos Economistas do Pará" (IEPA). Belém, 1979.

vilização". Neste contexto a escravidão era apresentada como a forma de civilizar índios e africanos.

Aquí já podemos chamar a atenção para o fato de que os conceitos de progresso e de desenvolvimento assumem exclusivamente um papel de componente básico do ideário burguês, e que os mesmos não possuem qualquer possibilidade de serem instrumentalizados como conceitos científicos.

No caso latino-americano, a formulação desenvolvimentista teve origem nos anos 50 deste século, a partir das propostas da CEPAL.

No caso brasileiro, a ideologia desenvolvimentista foi elaborada pelos quadros do ISEB, a partir do governo de Juscelino Kubitschek.

Este ideário tomou curso de forma mais ampliada a partir de 64, sendo a tônica dominante no discurso oficial a partir dos anos 50, a questão do desenvolvimento passou a ser vista como a solução única a ser perseguida, apontada como alternativa maior para a solução da problemática da pobreza.

Num balanço rápido dos resultados da política desenvolvimentista aplicada na Amazônia no pós 64, vamos encontrar um quadro nada animador. Os problemas atuais que afetam as sociedades indígenas e as populações rurais da Amazônia se ligam diretamente ao acelerado processo de expansão e redefinição da fronteira da economia capitalista na região.

A questão da expropriação, expulsão e violência sistemática e generalizada em relação aos posseiros, não decorre de uma situação de "carência" dos mesmos, mas sim, da expansão capitalista que tem atuado sistematicamente como "grilheiro".

É o grande capital o invasor. Ao contrário de certas situações clássicas descritas na literatura especializada, na Amazônia ocorre o fenômeno inverso: a grande empresa nacional ou multinacional é que vem promovendo a invasão das terras dos posseiros e dos territórios tribais.

Ainda não encontramos na Amazônia a situação clássica em que populações sem terras promovem a invasão dos latifúndios.

Trata-se, portanto, de um processo que escolhe como vítimas os setores subordinados da economia regional.

Por outro lado, o processo acima referido busca se legitimar através da ideologia do "desenvolvimento nacional" dado como alvo a ser atingido através do processo de "integração" regional e de medidas de ocupação econômica da área, presumindo uma

ameaça encarnada no tema "integrar para não entregar".

A característica central dos sistemas de representação ideológica de realidade é o fenômeno de inversão e/ou ocultação da realidade concreta. O real concreto acaba aparecendo no discurso ideológico de forma travestida e aí reside a sua força quanto ideologia. Isto é, a ideologia assume numa sociedade de classe o papel de elemento de ocultação da realidade contraditória das classes, apontando para uma realidade que é apenas a realidade da classe dominante: a igualdade formal e o interesse particular erigidos em interesse universal, isto é, o "interesse nacional".

No caso da Amazônia o capitalismo se expande escudado na ideologia do "desenvolvimento" pela "integração" para garantir a "segurança".

O desenvolvimento levado à prática é o desenvolvimento do capital que se representa como o interesse de "todos" ou da "nação".

Partindo de idéia de um estado anterior de "não integração", se apregoa a promoção da "integração regional", o que resulta num mecanismo de "inversão" que se concretiza no seu extremo oposto: a desintegração da organização social, cultural e econômica pré-existente à expansão do capital.

O outro patamar deste pensamento legitimador do assalto capitalista à região é o mito da "segurança nacional".

Esta se apresenta como o projeto que exorcisa o demônio oculto, que ameaçaria a existência da "nação" entendida enquanto ente abstrato.

A ideologia de segurança, reforçando o mito de "integração", se objetiva na segurança do capital representado pelo Estado planejador e centralizador. Ao promover a segurança do capital o Estado gera a total insegurança das classes subordinadas representadas na região, principalmente por posseiros e camponeses em geral, como também pelas sociedades tribais em quanto minorias dominadas.

Assim, o desenvolvimento garante a expansão do capital e, como decorrência, promove a pauperização da massa de camponeses expropriados, ao mesmo tempo em que viola os territórios tribais.

Por outro lado, ao garantir a plena realização do capital, o Estado, encarnando o interesse de classe dominante, impõe a total insegurança de índios e posseiros, insegurança esta baseada no processo rápido de expropriação da terra.